

Prefeitura Municipal de Guarujá do Estado de São Paulo

GUARUJÁ-SP

Assistente Social

Edital 001/2018

JN107-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Guarujá do Estado de São Paulo

Cargo: Assistente Social

(Baseado no Edital 001/2018)

- Conhecimentos Específicos

Autora

Ana Maria

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Capa

Joel Ferreira dos Santos

Editoração Eletrônica

Marlene Moreno

SUMÁRIO

Conhecimentos Específicos

Teoria do Serviço Social: pressupostos e fundamentos. Relação sujeito-objeto.....	01
A práxis profissional: relação teórico-prática.....	05
A questão da mediação.	10
Vertentes de pensamento: materialismo histórico, positivismo, dialética e fenomenologia.....	13
Metodologia em Serviço Social: alternativas metodológicas.....	26
Ética Profissional.	33
Instrumentação: o atendimento individual, o trabalho com grupos, comunidades, movimentos sociais.	38
A questão das técnicas, o cotidiano como categoria de investigação.....	52
Serviço Social e interdisciplinaridade.	58
Constituição Federal 88: Dos Direitos Sociais e Da Seguridade Social (Da Saúde, Da Previdência Social, e Da Assistência Social); e artigos relacionados à família, infância e adolescência, idoso e pessoas com deficiência.	61
Política Social e planejamento: a questão social e a conjuntura brasileira.....	68
Instituição e Estado;.....	96
Movimentos sociais e participação popular.....	104
Lei Federal n.º 8.742, de 07.12.93 - Lei Orgânica da Assistência Social e alteração através da Lei Federal nº 12.435 de 06.07.11.	108
PNAS - Política Nacional de Assistência Social.....	116
Tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais – Resolução CNAS nº 109 de 11.11.09.	116
Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da criança e do adolescente (ECA).....	140
Lei Federal nº 10.741 de 01.10.03 – Estatuto do Idoso.....	178
Lei Federal nº 13.146 de 06.07.15 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI).....	189
Pacote Office 2010,.....	209

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

Teoria do Serviço Social: pressupostos e fundamentos. Relação sujeito-objeto.....	01
A práxis profissional: relação teórico-prática.....	05
A questão da mediação.	10
Vertentes de pensamento: materialismo histórico, positivismo, dialética e fenomenologia.....	13
Metodologia em Serviço Social: alternativas metodológicas.....	26
Ética Profissional.....	33
Instrumentação: o atendimento individual, o trabalho com grupos, comunidades, movimentos sociais.....	38
A questão das técnicas, o cotidiano como categoria de investigação.....	52
Serviço Social e interdisciplinaridade.....	58
Constituição Federal 88: Dos Direitos Sociais e Da Seguridade Social (Da Saúde, Da Previdência Social, e Da Assistência Social); e artigos relacionados à família, infância e adolescência, idoso e pessoas com deficiência.....	61
Política Social e planejamento: a questão social e a conjuntura brasileira.....	68
Instituição e Estado;.....	96
Movimentos sociais e participação popular.....	104
Lei Federal n.º 8.742, de 07.12.93 - Lei Orgânica da Assistência Social e alteração através da Lei Federal nº 12.435 de 06.07.11.....	108
PNAS - Política Nacional de Assistência Social.....	116
Tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais – Resolução CNAS nº 109 de 11.11.09.....	116
Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da criança e do adolescente (ECA).....	140
Lei Federal nº 10.741 de 01.10.03 – Estatuto do Idoso.....	178
Lei Federal nº 13.146 de 06.07.15 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI).....	189
Pacote Office 2010,.....	209

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

PROF^ª. MESTRE ANA MARIA BARBOSA QUIQUETO

Assistente Social, Professora Universitária e Pesquisadora em Assuntos Educacionais. Aluna ouvinte do Programa de Doutorado da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE e Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP). Atua como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Arco-Íris, no segmento Gestão de Políticas Públicas Sociais. Professora de Graduação e Pós-Graduação na Universidade Paulista (UNIP). Pesquisadora e Membro do Comitê Científico de Pesquisa da Revista Espanhola Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales - ISSN 2341-0485. Escritora de assuntos socioassistenciais e educacionais, mais especificamente na área acadêmica e elaboração de materiais para concursos públicos nos diversos tipos de escolaridade.

TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL: PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS. RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO.

AS PARTICULARIDADES DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A compreensão do serviço social como resultado do confronto da relação entre o Estado e Sociedade, no âmbito da divisão internacional do trabalho, fruto de determinantes macro-sociais, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho e nas relações de propriedade, vêm sendo palco de um profundo e amplo referencial bibliográfico, acompanhada de inúmeros estudos, no qual seus agentes vem buscando uma compreensão das particularidades desta profissão no Brasil.

Na contemporaneidade, pode-se visualizar diferentes transformações societárias, advindas da relação entre estado e sociedade, submetidas a ordem do capital, principalmente as forças sociais e políticas, que vêm interferindo no cenário mundial, consequentemente nos espaços profissionais dos assistentes sociais, onde se amplia o conservadorismo mascarado nas controvérsias desta realidade. O serviço social nos anos 80 e 90, após o seu processo de renovação, através de um aporte crítico-dialético, (re) desenha seu objeto de trabalho, que são as manifestações e expressões da questão social.

A questão social é um conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado, que este, por ora, é provocado por uma tensão de conflitos pelas classes subalternas a implantar direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. É neste terreno de disputas que os assistentes sociais são chamados para realizar a sua intervenção profissional, a qual o objeto concreto são os programas focalistas de combate à pobreza, que muitas vezes passam a ser caso de polícia pelas repressões como os sujeitos são tratados (IAMAMOTO, 2012).

Diante destes desafios, é preciso que o profissional disponha de clareza teórica e estratégias políticas, apoiado em um olhar sobre as novas expressões da questão social, que se transmutam nas demandas sociais. Isso requer um posicionamento diferenciado na concretização da ação profissional, ou seja, um patamar inovador no uso dos aspectos teórico-metodológicos.

Todavia, para compreender os fundamentos do serviço social, na atual conjuntura política, é preciso reconhecer que as funções históricas, teóricas e metodológicas na profissão fazem parte de um único conjunto, conforme contemplados nas diretrizes curriculares, com maior aprofundamento feito pela ABEPSS.

Assim sendo, se nesta mesma tese, defende-se tal posição, no desenvolver da aplicabilidade da disciplina, em um campo prático, ainda é necessário reforçar a idéia de como se pode explicar, mesmo que sinteticamente a questão da abordagem metodológica, reconhecendo que seu cariz é reforçado pelas dimensões teórico-metodológicas, ética-políticas e técnica-operativas, na compreensão marxista. Os fundamentos teórico-metodológicos do serviço social podem ser explicados, a partir do olhar dos métodos, técnicas e instrumentos utilizados pelo profissional, no exercício diário de sua função, no qual, com um posicionamento direcionado ao projeto ético-político, este, diante das manifestações e expressões da questão social, e numa abordagem crítico-dialética, o profissional deve decidir qual a melhor forma de aplicá-lo, em um posicionamento retido na práxis profissional.

Por ora, reconhece-se que tal concepção é verdadeira, na formação profissional dos discentes do curso de serviço social, é válida a vertente reconhecida, mesmo que empiricamente, estes recebam diante de sua caminhada pela formação, um conteúdo motriz, capaz de impulsioná-los para a atuação em qualquer lócus dos espaços sócio profissionais existentes e que ainda necessitam dos mesmos.

AS TEORIAS SOCIAIS:

Fontes inspiradoras para o desenvolvimento das ações no Serviço Social

Nos últimos anos, principalmente no processo conhecido pela categoria como de "reconceituação do serviço social", a categoria, mesmo que muitos não reconheçam as ideias expressas, estas vem direcionando as críticas a questão da metodologia. Nesta mesma vertente, exponho que não se trata aqui de retomar a questão do metodologismo no âmbito da profissão, mas expor que diante de um estudo preliminar, tem-se que compreender à questão dos fundamentos metodológicos do serviço social a partir de três elementos complementares: Método, técnica e instrumentos.

A questão dos métodos são discutidos e estudados por grande parte da categoria, expressando-se em três principais correntes: Positivismo, Marxismo e Fenomenologia, entre outras, que são tidas pela profissão ao longo do seu processo de ruptura com o conservadorismo.

A vertente positivista, em uma abordagem prática, aparece no bojo profissional, como sendo uma prática imediatista, ou seja, uma resposta dada imediatamente às diversas expressões e manifestações da questão social, vertente também conhecida como "vertente modernizadora", caracteriza-se pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas, voltadas a uma modernização conservadora (NETTO, 2005, p. 164).

Esta vertente, na contemporaneidade, passou por algumas modificações. Os assistentes sociais retiraram de seu conteúdo, pontos que justificam algumas práticas coerentes, mesmo que esteja no subjetivo da ação profissional, a questão do progresso é vista de forma fragmentada. Parafraseando o professor Dr. José Paulo Netto no último seminário de serviço social promovido pela editora Cortez, os aspectos do progresso social é preciso debatê-los na atualidade. Nesta mesma perspectiva,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

[...] a teoria centraliza-se na análise dos indivíduos e grupos cujas atitudes e comportamentos estão defasados em relação aos parâmetros exigidos pela sociedade industrial. Neste nível de interpretação trata-se, em última instância, da aquisição de um conjunto de padrões referentes ao processo de modernização do homem (KOWARICK, 1977, p. 48).

A vertente marxista, essa perspectiva também ingressa como referência teórica a ser considerada no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do Movimento de Reconceituação nas décadas de 60 e 70. Sendo uma fonte inspiradora pelas teorias capital versus trabalho, principalmente no reconhecimento da questão social, como sendo o foco central das situações problemáticas que encontram o público alvo do trabalho do serviço social.

[...] "o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo". Enquanto as condições nas quais o marxismo se debruçou permanecerem o capitalismo, o marxismo continuará sendo o instrumento analítico mais adequado, mais poderoso, mais abrangente, mais percuciente para revelar esse mundo. É um instrumento adequado ao seu objeto, que é a análise da realidade capitalista. Enquanto o capitalismo existir, nas suas formas, nas suas consequências, o marxismo continuará sendo o mais importante instrumento analítico de intervenção. Instrumento de crítica e auto-crítica de visualização e de superação dessa realidade. As fontes do pensamento de Marx são constituídas por uma concepção de mundo e método que é a filosofia dialética, na qual se percebe que tudo que existe é um permanente devir, uma permanente superação, um permanente movimento (PAULA, 1995).

Assim sendo, remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, introduzindo novas reflexões e compromissos para os assistentes sociais. Claramente rompe com a herança conservadora das concepções teóricas e metodológicas que não permitiam a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes.

A vertente fenomenológica, estava presente nas primeiras formulações teóricas do Serviço Social no

Brasil, ingressando no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do denominado Movimento de Reconceituação nas décadas de 60 e 70, cujo cunho é centrado no vivido e nas vivências dos sujeitos, rompendo, assim, com as formas de controle, ajuda, adaptação, cooptação e desajustes, situando-se como uma proposição inovadora e de orientação psicossocial. Apresenta uma metodologia baseada na tríade: diálogo, pessoa e transformação social.

Por fim, estas vertentes estão presentes no desenvolvimento da ação social dos profissionais, e é preciso um olhar diferenciado e dinâmico no escolher destes para concretizar a prática operativa do serviço social, onde diante de toda a complexidade do sistema vigente, requer um melhor rigor teórico na seleção dos mesmos, vistos que as suas ações são polarizadas pelos interesses das classes burguesas, neste mesmo sentido reproduz, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do tra-

balho e só pode fortalecer um ou outro pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No breve estudo, pode-se visualizar que o serviço social renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política, adequando as exigências do seu tempo, como se pode visualizar no desenvolver dos princípios e valores contidos no seu Código de Ética de 1993, seja pela construção de uma nova ordem societária, como também pelo novo modo de operacionalizar suas ações profissionais, onde aguça a crítica à hegemonia da configuração social.

Outros pilares de fomentação encontra-se na Lei de Regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares que conseguem materializar um projeto de formação que vem sendo construído coletivamente, avançando na qualificação das múltiplas e diferenciadas expressões da questão social como objeto de trabalho dos assistentes sociais.

Mesmo diante destas mudanças, existem muitas questões que necessitam ser reconstruídas e inseridas nas agendas profissionais, principalmente no tratamento dos fundamentos teórico-metodológicos, que caracterizam as intervenções profissionais de natureza crítica, pois no trato as manifestações e expressões da questão social, o serviço social detém de atribuições e competências específicas para responder às suas demandas concretas e subjetivas.

Texto de: LEITE, A. C.; CARVALHO, L. H. de; MARINHO, L. M.; LIMA, T. A. S. Os fundamentos teórico-metodológicos do serviço social no século XXI. 2014.

A DIMENSÃO OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL À LUZ DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOMETODOLÓGICOS

O exercício profissional sempre esteve pautado em pressupostos teórico-metodológicos, são eles que orientam a ação profissional, esta é embasada em procedimentos, instrumentos e objetivos a quem é direcionada. Desse modo, a atuação do Serviço Social desde sua gênese enquanto profissão se respaldou em fundamentos teórico-metodológico para exercer sua ação profissional. Ao longo de sua trajetória o Serviço Social se utilizou de diferentes metodologias a fim de analisar e intervir na realidade.

Serviço Social e o legado Norte Americano

Segundo Andrade devido à grande influência do Serviço Social norte americano que por consequência se utilizava da instrumentalidade da Sociologia Norte Americana, o Serviço Social brasileiro ganhou um caráter funcional estruturalista de análise da sociedade. A ação profissional embasada nessa corrente teórico-metodológica vinha no sentido de adequar os indivíduos "desajustados" à sociedade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

A sociologia, um dos suportes teóricos para o Serviço Social, explica a desigualdade social, atrelada à estratificação social. Longe de focalizar os problemas sociais estruturalmente imbricados à lógica do sistema capitalista, a sociologia aborda no âmbito dos indivíduos, grupos ou instituições desajustados [...].

Desse modo, para essa perspectiva, a desigualdade social existia pelo fato de cada indivíduo exercer uma posição diferenciada na sociedade, a sociologia era uma espécie de apoio para adequar os indivíduos, grupos e instituições que não se encontravam exercendo seu papel social dentro do sistema capitalista. Não havia nenhum tipo de questionamento com relação à estrutura do sistema a qual promovia a desigualdade.

E assim, por muito tempo se fez o fazer profissional. O Assistente Social tinha como atribuição adequar os indivíduos ao sistema, sendo essa adequação por meio da afirmação dos valores morais e éticos, ajustamento de personalidade, etc. Apesar do caráter "ajustador" foi de grande importância à contribuição da Sociologia Norte Americana para o exercício profissional tendo por estima que essa deu à profissão um aspecto mais técnico, legitimidade, laicizando-a da Doutrina Social da Igreja Católica. Sendo também, a partir dessa que a profissão obteve arcabouço teórico-prático na época dos regimes populistas no Brasil, décadas de 60 a 64, onde se incentivava o desenvolvimentismo, principalmente, o de comunidade. O profissional de Serviço Social era um perito do social o qual de forma pragmática fazia sua ação social a favor do Estado.

Outra questão é o direcionamento a qual a teoria da ação social de T. Parsons nos auxiliou, e nos auxilia em alguns aspectos, tendo em vista que o mesmo afirma que para o indivíduo orientar sua ação com o mínimo de racionalidade tem que dominar tal cultura. Igualmente para se ter uma ação é preciso que haja alguns elementos necessários como: a personalidade, a cultura e a sociedade. De acordo com T. Parsons são basicamente esses elementos que direcionam a ação social do indivíduo, ou seja, as características que você elege para te auxiliar na ação. Na gênese da profissão era muito utilizada essa "fundamentação psicologista das relações sociais", reflexo do embasamento estrutural-funcionalista parsoniano. Apesar de ter superado muitas categorias das antigas metodologias o Serviço Social dialoga bastante com a questão da subjetividade que está no campo da psicanálise.

Na contemporaneidade, vemos a prática profissional à luz do funcionalismo público, onde se firma a lógica burocrática do Estado a qual o Serviço Social imbrica-se de modo a "tentar" desburocratizar. Entretanto, no que se refere a essa burocracia institucionalizada, o Serviço Social tem por finalidade superá-la, mas há resistências, pois a tecnoburocracia reina no plano societário vigente. A concepção funcionalista e estrutural funcionalista é de suma importância para o Serviço Social, pois o Estado é funcional, e ainda é a instituição que mais emprega a categoria profissional. Entretanto Mendes afirma que o exercício profissional deve ser exercido de forma crítica e o funcionalis-

mo não propicia essa dimensão tendo em vista que possui um caráter de enquadramento. É necessário entender a lógica funcionalista, pois trabalhamos sobre ela, porém a criticidade é relevante para superá-la.

A categoria profissional busca banir qualquer orientação conservadora que legitime a ordem burguesa, pois todas possuem o cunho reformista e não transformador. Isso se torna possível com o Movimento de Reconceitualização na década de 1970 onde o Serviço Social brasileiro se desvincula do modelo norte americano de análise da realidade dando espaço a Teoria Revolucionária Marxista. Agora, o embate se dá no aparelho do Estado, nas estruturas sociais.

Serviço Social e o legado da Teoria Revolucionária

No que concerne à contribuição da Teoria Revolucionária à prática do Serviço Social, essa foi fortemente modificada tendo por cenário que a concepção revolucionária proporcionou ao fazer profissional a leitura crítica da realidade. Não no sentido de "ajustar" ou psicologista de entender as ações dos indivíduos, mas de olhar a totalidade que cerca os indivíduos como determinante de suas relações e ações sociais. Aqui, as relações sociais são fruto do modo de produção vigente.

A metodologia marxiana propiciou a prática profissional uma dimensão investigativa crítica da realidade, não que esse método venha se enquadrar a qualquer objeto (como no positivismo), mas esse oferece elementos para análise crítica da sociedade, pois leva em consideração a totalidade e não o objeto de estudo de forma isolada. A título de exemplo, se o Serviço Social estuda menores infratores, nesse estudo será levada em consideração a totalidade de fatores que levou tal segmento a tal situação. Serão evidenciados os condicionantes histórico-sociais, sem perder de vista a processualidade histórica.

Nesse sentido, é atribuição do profissional investigar a estrutura, para que se venha compreender as relações sociais em suas múltiplas facetas e atender as novas demandas sociais insurgentes. Essa corrente teórica-metodológica auxiliou e auxilia o fazer profissional no sentido de estabelecer mediação entre as relações antagonistas de capitalistas e trabalhadores. Somos como diria Gramsci, o intelectual orgânico que tem por objetivo conscientizar as massas acerca das desigualdades provindas do modo de produção capitalista a fim de criar um projeto de consciência coletiva – a socialização do proletariado –, ou seja, ampliar e politizar esse conhecimento, criar consciência de classe.

Cabe ao Serviço Social o papel de propagar o conhecimento que a população necessita principalmente no que se refere às camadas populares no sentido de construir uma visão de mundo crítica que se estabeleça de forma hegemônica, numa perspectiva gramsciana, é preciso construir um bloco histórico. Mas para tal proeza é necessário antes de tudo conquistar o poder ideológico – conscientizar os trabalhadores a respeito dos seus direitos, das desigualdades que lhes são impostas, que a transformação é possível –, somente assim estaríamos legitimando nossa atuação prática como condiz no projeto ético-político.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

A categoria profissional nasceu atrelada a luta de classe que em si possui a ação política- ideológica, nessa conjuntura o Serviço Social é o partido de vanguarda, sendo de sua responsabilidade a difusão dessa consciência coletiva, a ideologia proletária. Usamos da ideologia para a ação política.

De maneira crítica a Teoria Revolucionária, principalmente no que tange o pensamento de Gramsci nos auxiliou à como nos portar mediante ao aparelho do Estado [o qual é um dos maiores empregadores de nosso segmento profissional]. Tendo em vista que esta é uma instância decisória e que integra em si o poder ideológico e o poder coercitivo que em linguagem gramsciana denomina-se sociedade civil e sociedade política. Enfim, Gramsci proporcionou ao Serviço Social na contemporaneidade elementos para se entender a formação da infraestrutura e como essa se consolida, entender a realidade social. Outra questão é a análise da superestrutura a qual faz esse teórico, onde evidencia a cultura, a ideologia como instrumento de legitimação das forças que se encontram no poder. Essa questão é de fundamental importância para a prática do Serviço Social como salienta Simionatto, tendo por cenário que,

A compreensão da esfera da cultura é fundamental para os assistentes sociais à medida que as suas ações profissionais, travadas na relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais, permite identificar os modos como se forma a identidade social, o senso comum, a função das ideologias, dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chamou de conformismo e, ao mesmo tempo, a forma de superá-lo, uma vez que este, também, é o terreno para a criação de uma vontade política capaz de romper com a razão instrumental que funda a ordem capitalista.

A atuação profissional se faz para pessoas, pessoas essas que estão inseridas em ciclos culturais diversos, e para se tornar possível o processo de intervenção é preciso ter dimensão das forças ideológicas por trás das diversas situações identificadas. Não podendo adentrar no espaço do outro de forma invasiva, é preciso conhecer para intervir. É na esfera da cultura onde se constrói todos os estigmas, valores e costumes. Nela que se efetiva as ideologias, mas também é através da cultura que se deslegitima ideologias. Existe em nossa sociedade a ideia firmada de resignação diante das coisas que nos foram impostas, para sobrepujar essas ideias é necessário politizar a população para que esses venham se constituir como forças sociais capazes de confinar a autocracia burguesa.

Por fim, foi através do pensamento revolucionário que o Serviço Social construiu seu projeto ético- político que legitima o exercício profissional - Lei de Regulamentação da Profissão - sendo estabelecido na Lei nº 8.662/93, no sentido de propor nova sociabilidade, onde não haja subjugação de um homem pelo outro, ou seja, sem dominação, sem antagonismo de classes. Porquanto, a corrente em questão defende os interesses da classe trabalhadora, do exército industrial de reserva, principalmente no que diz respeito à garantia de seus direitos. Outra questão é que a partir da inserção dessa concepção teórico metodológica no Serviço Social há a fase de consolidação da profissão como produção do conhecimento, o que Netto intitula de Maioridade Profissional.

Serviço Social e o legado da Teoria Crítica

O fazer profissional sob a ótica da Teoria Crítica se efetiva principalmente no que se refere à negação do funcionalismo como prisma de análise da realidade social. Outro aspecto é sua característica de articular teoria à prática o que para o Serviço Social é de fundamental importância tendo em vista que essa relação dialética é que permite a atuação profissional.

Segundo Nobre, os princípios fundamentais que caracterizam a teoria crítica são a orientação para emancipação e o comportamento crítico em relação ao conhecimento produzido sob condições sociais capitalistas e à própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender. Nobre.

Partindo desse pressuposto, compreendemos que o prisma de análise da teoria crítica é dialético tendo por estíma que todas suas gerações fazem diagnósticos de acordo ao seu tempo [considerando assim as transformações societárias] a fim de encontrar caminhos que permitam se chegar à emancipação.

Desse modo, a corrente teórico metodológica em questão contribui para o exercício profissional no que se refere à busca de estratégias para emancipação tendo por cenário que devido ao modo de produção as coisas já estão historicamente determinadas como, por exemplo, a ciência, a cultura, as relações sociais, que acabam por ser instrumento de legitimação da ordem burguesa. Nesse sentido, a concepção de Indústria Cultural recai bem nessa análise, pois é no campo macrossocial a atuação do Serviço Social à qual vai de encontro com todas as construções sociais. Sendo os meios de comunicação ("a mídia") um elemento forte nesse processo, uma vez que, quando não usados a favor da classe trabalhadora se constituem em um meio de opressão a ela constituindo em mecanismos que servem de controle cultural.

Outra questão que essa oferece, é o arcabouço do ponto de vista teórico metodológico para análise crítica da realidade social, o qual o Serviço Social na contemporaneidade faz uso: a Pesquisa Social. Tendo também grande significação a influência que a terceira geração da concepção em questão exerce na Teoria dos Movimentos Sociais e das Políticas Públicas as quais instrui na contemporaneidade o exercício profissional, tendo em vista que esses fazem parte das atribuições e competências do profissional – ter articulação com a sociedade civil (o que contempla os movimentos sociais), criar e executar políticas públicas.

Assim o Serviço Social trabalha no que diz respeito aos Movimentos Sociais com a questão do reconhecimento, a título de exemplo, o Movimento Feminista, Movimento Negro (questão Quilombola aqui requer destaque). E na defesa pela redistribuição, o que contempla a questão dos Sem Terras e dos Quilombolas que lutam pela redistribuição de terras. Mas para obterem êxito nessa luta necessitam primeiramente serem reconhecidos enquanto tal, para posteriormente terem a redistribuição. Então se compreende que a luta pela redistribuição está atrelada a luta pelo re-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

conhecimento. E que de fato, as demandas dos movimentos sociais são multicausais, sendo reflexo das múltiplas expressões sociais. Desse modo, o Serviço Social faz uso da concepção da terceira geração da teoria crítica a qual se tem como ícones, Fraser e Honneth.

Outro aspecto o qual cabe aqui dar enfoque no exercício profissional é o uso constante da comunicação como mediação da sociedade, tendo por estima a importância de tal categoria, vê-se a seriedade da teoria da ação comunicativa de Habermas visto que essa oferece apoio “para a comunicação que visa o entendimento mútuo”. De tal modo, o Serviço Social se articula através da interação social para interceder as desigualdades sociais, sendo a comunicação seu instrumento primordial. Assim se firma a dimensionalidade e as categorias que a teoria crítica provinda da Escola de Frankfurt oferece ao Serviço Social. Essa concepção de análise social não visa simplesmente à aparência, mas a essência das coisas.

Fonte

SANTOS, T. S.; Weisheimer, Drº N. O Fazer Profissional à Luz dos Pressupostos Teóricometodológicos.

Fontes:

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. CFESS. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: 2012.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. 2º. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

188 p. (Estudos latino-americanos, v. 3)

_____. M. V. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4.ed. SP: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 30, Cortez, São Paulo, 1989.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005, p.21-37

_____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. Cadernos ABESS, n. 4, Cortez, São Paulo, 1991.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPSS, 2009, p. 143-164.

PAULA, João Antônio. A Produção do Conhecimento em Marx. Cadernos ABESS 5. A produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo, 1995.

A PRÁXIS PROFISSIONAL: RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA.

Trabalho e práxis social: um debate necessário

Em uma época em que se propaga o fim do trabalho como eixo explicador do surgimento do indivíduo social, buscando reflexões sobre temas mais contemporâneos que explicitem contundentemente a realidade em que se vive, parece estranho e ultrapassado para alguns produzir e pensar sobre a ontologia do ser social, seu fundamento e seus desdobramentos. Engana-se quem considera a discussão sobre o trabalho em seu sentido ontológico algo ultrapassado e de menor valor, pois nenhuma outra produção e categoria científica conseguiu analisar, explicar e determinar o surgimento do ser social, das relações produtivas e reprodutivas da sociedade de modo geral, senão pelo trabalho.

Mas, qual a importância em se discutir a ontologia do ser social para o Serviço Social? Eis o mote principal a ser compreendido: só há existência social por conta do trabalho, uma vez que ele é a forma originária do agir humano (LESSA, 2007). Assim, todas as práxis sociais¹, aqui entendidas como atividades, práticas e ações dos sujeitos, têm seu nexos causador e fundador no trabalho em seu sentido ontológico.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, observa-se visivelmente uma proporção cada vez menor do trabalho envolvendo o intercâmbio do indivíduo com a natureza. No entanto, essa premissa não fundamenta a inexistência da centralidade do trabalho, devendo-se pautar e compreender as mediações interpostas entre a centralidade ontológica, política e cotidiana do trabalho e dos/as trabalhadores/as. Dessa maneira,

[...] o trabalho é sempre parte de uma totalidade social. [...] ser fundante não significa ser cronologicamente anterior, mas sim portador das determinações essenciais do ser social [...] que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza (LESSA, 2002).

Deve-se considerar não o trabalho no sentido singular, realizado individualmente pelos sujeitos, mas em sua totalidade, na síntese das singularidades que produz e reproduz socialmente. Lessa observa que as teorias que buscam determinar a não centralidade do trabalho normalmente se embasam na nova relação entre o trabalho em seu sentido ontológico e as outras práxis subsumidas à lógica do capital. Ancoram-se na destruição de antigos postos de trabalho, na eliminação de muitas das profissões tidas como tradicionais – ocasionadas pela reestruturação produtiva –, bem como no grande desenvolvimento tecnológico, aliado à desmobilização dos movimentos sociais, em destaque o movimento operário e sindical, e o grande crescimento do setor de serviços, para fundamentar a premissa de que o trabalho não é mais a categoria fundante do mundo dos homens e das mulheres. Para Lessa (2002),

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

[...] as tentativas de substituir o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens têm tido, até o momento, um endereço ideológico e político claro e determinante: a justificação das novas formas de sociabilidade que surgem com a metamorfose da regência do capital nas últimas décadas.

Nesse contexto, o desafio está em perceber a centralidade do trabalho mediante as transformações ocasionadas pelo capitalismo. Em vez de fundamentar a existência da sociabilidade na linguagem, na intersubjetividade, na política ou no mercado, o desafio teórico e intelectual coloca-se em desvendar o real, a essência que encobre a aparência dos fenômenos na contemporaneidade comandada pelo sistema capitalista, explicitando seus nexos causais e determinantes econômicos, sociais e políticos, sem perder de vista que

[...] a vida só pode existir tendo por base o ser inorgânico, e sem a natureza como um todo não pode haver ser social. A troca orgânica do ser social com a natureza é a mediação ontológica que possibilita que o ser social se constitua enquanto esfera ontológica particular no interior da totalidade do ser em geral. Na tradição marxista, tal mediação é o trabalho (LESSA, 2002).

Perceber e analisar a existência social e suas práxis partindo do trabalho não significa pensar que todos os atos dos indivíduos reduzem-se ao trabalho. Temos que

[...] inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos a atos de trabalho, em que pese o fato de o trabalho ser a forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social [...] sem o trabalho [...] as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir (LESSA, 2007).

Portanto, a existência humana é mais do que trabalho: ao passo que o ser social se relaciona com a natureza, relaciona-se também com outros sujeitos, surgindo necessidades que brotam das relações sociais entre si. O trabalho é uma articulação entre teleologias e causalidades², pesando a distinção entre criador e criatura. Por terem uma história própria em relação ao sujeito que as gerou, as criações humanas podem agir sobre a história independentemente do sujeito.

Ao criar por meio do trabalho, o indivíduo transforma o seu meio e a si mesmo, uma vez que no fim do seu processo de trabalho angaria outros conhecimentos e aprendizados que, no início de seu empreendimento, ainda não detinha; “ao desenvolvimento do trabalho corresponde, paralelamente, o nascimento da consciência e do conhecimento humano” (IAMAMOTO, 2011). Em resumo, o trabalho

[...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2004).

Por conter teleologias e causalidades em sua ação é que o trabalho humano se distingue do ato animal. O sujeito emprega, na execução de seu trabalho, a consciência por caracterizar-se como “um ser genérico e consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero como a sua essência

própria ou consigo como ser genérico” (MARX, 1989). Ao contrário do animal, que produz a partir da sua necessidade imediata, sem consciência, o ser humano produz a medida de qualquer espécie, sua produção é universal e não unilateral. Portanto,

[...] é precisamente ao trabalhar o mundo objetivo que o homem primeiro se prova de maneira efetiva como um ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece com a sua obra e a sua realidade efetiva. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem (MARX, 1989).

Apenas quando compreendemos o conceito do trabalho em seu sentido ontológico, podemos aprofundar o entendimento do trabalho em seu sentido abstrato, isto é, da forma com que o capitalismo se apropriou dessa atividade e de outras práxis sociais para a criação de valores de trocas em prol da acumulação e do desenvolvimento da sociabilidade capitalista. A distinção entre trabalho concreto e abstrato, auxilia na análise da centralidade do trabalho:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX, 2012).

O caráter útil do trabalho, através do intercâmbio do indivíduo com a natureza, produzindo conforme sua necessidade de sobrevivência, baseia-se na dimensão concreta e qualitativa. Ao se distanciar dessa dimensão concreta, o trabalho mantém-se

[...] enquanto condição ‘necessária’ para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias. Do que resulta que a dimensão ‘concreta’ do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão ‘abstrata’ (ANTUNES, 2011).

Adentrar nesse capcioso terreno em que se produz e se reproduz a sociabilidade capitalista, buscando especificamente compreender a relação entre trabalho concreto e abstrato, torna-se essencial para o entendimento da profissão de Serviço Social. O cerne dessa análise é entender a profissão como expressão do trabalho social, mas saber identificá-la como uma práxis social, imersa na reprodução social e expressa enquanto trabalho abstrato. Tal assertiva esclarece as esparrelas teóricas que reproduzem o entendimento do Serviço Social como trabalho (em seu plano ontológico), ao passo que também evidencia a complexa dimensão de uma práxis reprodutiva, sua natureza, suas funções, seus desafios e possibilidades.

Pesquisar e analisar a atuação profissional nessa condição torna-se mais que salutar, já que suas ações, atividades e posturas estão condicionadas pela situação de trabalhador/a assalariado/a que convive com frágeis e flexíveis relações de trabalho, nesse sentido, o/a assistente social poderia ser inegavelmente identificado/a como um/a ‘trabalhador/a’. No entanto, o não entendimento dessa relação dos complexos sociais torna necessário especificar essa prática como trabalho útil e concreto, denominado pela teoria marxiana como intercâmbio do sujeito com a natureza, produtor de valores de uso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

As polêmicas e distorções referentes ao entendimento do Serviço Social como práxis social e não como trabalho, e todos os dimensionamentos que decorrem desse debate, evidenciam a necessidade de aprofundar essas reflexões. Desvendar as condições e relações de trabalho é algo primordial para compreender os nexos causais que se interpõem na materialização do projeto éticopolítico da profissão, expresso também nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas da práxis do/a assistente social. Compreender que o Serviço Social não é trabalho no sentido ontológico não negligencia a categoria trabalho para a profissão, mas trata de desvelar o processo de trabalho na constituição do ser social e saber como este se apresenta no capitalismo, que tem como base de sociabilidade a valorização e acumulação de capital.

Quando se fala em crise do trabalho, deve-se salientar, como aborda Antunes (2011), que a crise não é do trabalho concreto, mas sim do trabalho abstrato. O “sistema socio-metabólico do capital” subordina a totalidade dos atos do trabalho à sua lógica, dando base para justificativas que apregoam o desaparecimento do trabalho, fundante do ser social, e sua substituição pelo trabalho abstrato:

[...] na imediatividade de nossa vida cotidiana, como as atividades que operam o intercâmbio orgânico com a natureza podem ser também convertidas em produtoras de mais-valia, não raras vezes essas duas funções tão distintas são indevidamente confundidas. E, hoje, com a extensão das relações capitalistas até praticamente todas as formas de práxis social, com a incorporação, ao processo de valorização do capital, de atividades que anteriormente ou estavam dele excluídas ou apenas participavam de modo muito indireto, vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. Aparentemente, o trabalho teria desaparecido, substituído pelo trabalho abstrato. Trabalho e trabalho abstrato passam, assim, equivocadamente a ser tomados como sinônimos no caso da sociabilidade contemporânea (LESSA, 2002).

Existe uma diferença metodológica imensa na consideração do Serviço Social ser ou não trabalho, o que culmina na sua organização política como categoria. Trazendo as conceituações e diferenciações da categoria trabalho e compreendendo que outras práxis sociais, como o Serviço Social, não se caracterizam como trabalho em seu sentido concreto (ontológico), abordaremos a função social que essa profissão tem na sociedade, como foi implementada e qual sua serventia.

Serviço Social como práxis social

O trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens. Essa afirmativa é basilar para o entendimento do ser e da existência social. O intercâmbio do indivíduo com a natureza é projetado pela consciência antes de ser efetivado praticamente, possibilitando, assim, escolhas entre alternativas a serem objetivadas, transformando a realidade e produzindo novas situações. Além disso, se o trabalho propicia a construção e a transformação do mundo objetivo, bem como do sujeito que trabalha por meio da apre-

são de outros conhecimentos e habilidades, surgem novas necessidades, então: “se o trabalho é fundante do ser social, funda também a reprodução social e todos os outros complexos sociais – o Serviço Social incluso – são fundados por ele” (LESSA, 2007).

Compreendendo que o trabalho funda a reprodução social e outros complexos sociais, como definir o Serviço Social como trabalho concreto e abstrato? O que é essa profissão? E qual sua função social?

Ao tratar da reprodução social como uma esfera fundada pelo trabalho concreto, deve-se salientar que seu desenvolvimento estará articulado com a história das formações sociais, ou seja, a reprodução social no primitivismo, no escravismo, no feudalismo e no capitalismo segue as particularidades históricas de cada momento. Visto sua distinção e interligação com a categoria trabalho. Lessa (2007) aponta três elementos primordiais: a integração da vida social que passa dos pequenos grupos, da divisão em bandos, para o compartilhamento de uma mesma história; a complexificação e heterogeneidade das sociedades; e o desenvolvimento e a complexificação dos indivíduos.

Esses fatores demonstram que a heterogeneidade das sociedades e dos indivíduos ocasiona a criação de outras relações, instituições e complexos sociais, a fim de articular, em uma única história, toda a vida social, ou seja,

[...] para articular a vida de todos os indivíduos em uma única história, o desenvolvimento social necessitou de um elevado número de novos complexos sociais, de novas mediações, que o tornaram muito mais contraditório, diferenciado e heterogêneo se comparado com o seu ponto de partida. A crescente heterogeneidade, portanto, não apenas não se contrapõe como é uma necessidade para o desenvolvimento de relações sociais crescentemente genéricas que articulam o destino de cada indivíduo ao destino de toda humanidade (LESSA, 2007).

A compreensão da reprodução social e de sua expressão histórica oferece subsídios analíticos na apreensão do trabalho concreto e de outras práxis sociais, pois, “no estudo dos casos singulares da práxis social, muitas vezes não podemos distinguir, a não ser por uma análise muito particularizada, um ato de trabalho de um ato pertencente à esfera da reprodução social” (LESSA, 2007). Aqui se chega ao “calcanhar de Aquiles” dessa discussão: observar atos singulares de trabalho por si mesmo ocasionará, possivelmente, uma confusão entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Entretanto, o que deve ser posto em “xeque” é a função social desse ato analisado. Para isso, destaca-se a construção analítica realizada por Lessa sobre o trabalho concreto e outros complexos sociais, a partir da diferença entre a práxis social do professor, do assistente social e do operário em três pontos de vista: da formalidade, da materialidade e da função social.

Concernente à formalidade, não existe nenhuma distinção: os três profissionais possuem atos similares, ao considerar que partem de uma prévia ideação, objetivam, realizam a síntese entre teleologias e causalidades, transformam o real e, no final de sua ação, deparam-se com algo novo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

Refletindo sobre a materialidade, tem-se que todos são trabalhadores assalariados; que as diferenças são subsidiárias em relação ao ambiente de trabalho; que as distintas ferramentas utilizadas e os diferentes produtos produzidos são, na verdade, trabalho abstrato, “todos os três profissionais são ‘trabalhadores’ no sentido comum: vendem as suas forças de trabalho em troca de um salário” (LESSA, 2007).

É somente quanto à sua função social que se pode distinguir o trabalho concreto das outras práxis, demonstrando sua especificidade e particularidade:

[...] a distinção entre o trabalho e as outras práxis sociais não está nem na sua forma, nem na sua ‘materialidade’, nem na qualidade ontológica do seu objeto, e muito menos na sua relação com a produção da mais-valia. O que torna o trabalho a categoria fundante – e todas as outras práxis sociais fundadas – é sua função social. É a função social do trabalho que o distingue de todas as outras formas de atividade humana, independentemente de semelhanças eventuais [...]. Para Marx, o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem e a natureza, de tal modo a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades. O trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e isto é o que o distingue das outras práxis sociais (LESSA, 2007).

A questão não é apenas entender as implicações do trabalho do/a assistente social no circuito do valor, da produção e distribuição da mais-valia, mas sim compreender que o trabalho, em seu sentido concreto, para se efetivar na sociedade – tanto a primitiva e muito mais a capitalista – requer outras atividades que produzam as condições sociais necessárias. Isso não minimiza essas práxis sociais, não as fazem menores em importância: ao serem tidas como atos preparatórios, tornam-se indispensáveis à existência humana. Trabalho concreto e outras práxis são essenciais para a reprodução social, uma vez que, como afirma Lessa (2007), “se uma sociedade se limitasse a preparar os atos de trabalho, mas não transformasse a natureza, sua reprodução seria impossível”.

Dessa maneira, tem-se um problema filosófico ao igualar o Serviço Social ao trabalho concreto, buscando denominar, na práxis do/a assistente social, matéria-prima, meios de produção e produto o que não facilita na identificação e instrumentalidade da profissão, pois

[...] significa igualar o intercâmbio orgânico com a natureza, com outras atividades em tudo distintas. Ao cancelar o que o trabalho tem de específico, isto é, cumprir a função social de transformar a natureza em meios de produção e de subsistência, dissolve-se o trabalho em um enorme conjunto de práxis e, conseqüentemente, cancela-se a tese marxiana de ser o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens (LESSA, 2007).

Outro fator primordial nessa discussão sobre a diferenciação entre trabalho concreto e outras práxis refere-se ao desenvolvimento das causalidades. Como afirma Lessa (2007), no caso do trabalho concreto a causalidade que o sujeito transforma é a natureza; no caso das outras práxis, que o autor também define como atos preparatórios do

trabalho, o objetivo é a organização dos sujeitos e de seus comportamentos, seja pelo convencimento ou repressão, interferindo na consciência das pessoas, visando a uma determinada finalidade. Assim, as ações empreendidas pelo/a professor/a, policial ou assistente social “desencadeiam outras posições teleológicas e não processualidades naturais. Ou seja, o resultado ‘concreto’ [...] da atividade do professor e do assistente social é outro ato teleologicamente posto e não um carro” (LESSA, 2007).

Diante disso, compreende-se que a distinção entre os indivíduos está imbricada num critério produtivo-econômico, na relação entre quem produz a riqueza material e quem vive da riqueza produzida. Aqui se insere também a discussão entre trabalho produtivo e improdutivo, de quem produz a mais-valia e de quem vive da mais-valia produzida.

Conforme Lessa (2007), o debate sobre trabalho produtivo e improdutivo por vezes centra-se no equívoco de pensar que não há diferenciações entre tais, que pode ser explicado pela diminuição da distância entre eles. Não se deve considerar que o trabalho produtivo é sinônimo de trabalho concreto: trabalho produtivo e improdutivo são duas expressões do trabalho abstrato, possuindo funções ontológicas distintas. Essa confusão pode ser ocasionada pela particularidade histórica fundada pelo capital, que transforma o trabalho concreto em abstrato, surgindo, na aparência dos fenômenos, similaridades que são tidas como sinônimos.

Nesse duplo aspecto que envolve o trabalho concreto, não se suprimem as particularidades destes em relação às outras práxis. Como já assinalado, nem tudo é trabalho em seu sentido ontológico. Mesmo que o capitalismo busque encobrir a essência dos fenômenos, deve-se desvendá-los e desmistificá-los, tendo como grande aporte a teoria crítica, que faz compreender como esse sistema produz e reproduz socialmente, afinal “nem todo trabalho produtivo realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, sendo, por isso, indevida qualquer aproximação excessiva ou mesmo a identificação entre o trabalho produtivo e o trabalho enquanto fundante do mundo dos homens” (LESSA, 2007). A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo só faz sentido sob o ponto de vista do capital que, através da extração de mais-valia, do tempo de trabalho excedente no decorrer do processo produtivo, determina a valorização e a acumulação de capital. Assim sendo, produtivo é o trabalho que produz mais-valia, e improdutivo é aquele que não produz. Os/as trabalhadores/as improdutivos/as apresentam-se, em maior número, de maneira heterogênea, vivendo da mais-valia produzida pelos/as trabalhadores/as produtivos/as (LESSA, 2007).

Lessa (2007) evidencia que o trabalho produtivo tem duas funções sociais: o trabalho proletário, que produz o capital, e o não proletário, que apenas gera a mais-valia pela conversão de riqueza existente em dinheiro, como no caso do/a professor/a de escola privada ou do/a assistente social de uma empresa. O objetivo do capitalismo é produzir e acumular cada vez mais capital. Suas mercadorias e produtos contêm tempo de trabalho não pago, mesmo porque